

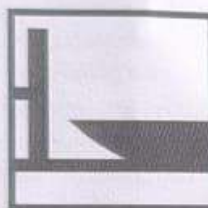
Número de inscrição: 10064815

Cidade de realização da prova: Brasília/Asa Sul/DF

CARGO 1: ANALISTA LEGISLATIVO - ESPECIALIDADE: PROCESSO LEGISLATIVO E GESTÃO - CÓDIGO: CD-AL- 011

Frase: A arte da conversa está em escutar.

CONCURSO PÚBLICO | EDITAL: 2025 | MANHÃ

**CÂMARA DOS
DEPUTADOS****CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados registrados acima estão corretos e devidamente transcritos na sua Folha de Respostas. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (caso se trate de caderno de provas reserva, confira apenas o nome do cargo). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Quando autorizado(a) pelo(a) chefe de sala/aplicador(a) de provas, escreva, no espaço apropriado da **Folha de Respostas**, com sua caligrafia usual, a frase constante do topo desta capa.
- 3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 5 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas objetivas.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0800 722 1125 | www.cebraspe.org.br | sac@cebraspe.org.br

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Linguagem Simples é o nome dado no Brasil a um conjunto de técnicas de redação e de *design* da informação usadas para produzir textos claros para o público-alvo das comunicações oficiais.

Quando falamos em “público-alvo”, estamos tratando especificamente da parcela da população a quem a informação se destina. Uma pessoa pode, por exemplo, redigir um texto para um site de câmara municipal com o objetivo de que seja compreendido por cidadãos com ensino médio completo; um folheto sobre malária para uma população ribeirinha de baixa escolaridade; ou, ainda, um estudo legislativo para embasar o trabalho de um deputado. Em qualquer dessas situações, tanto o público como a instituição vão se beneficiar do uso da Linguagem Simples.

Embora no Brasil o termo “Linguagem Simples” tenha prevalecido, o mote da técnica não é exatamente “quanto mais simples, melhor”, mas “quanto mais claro, melhor”. Tendo-se em mente que a clareza, e não a simplicidade, é a meta última da técnica, é possível e desejável usá-la até mesmo para redigir um texto técnico para o público especialista em determinado assunto. Em casos como esse, trocar palavras difíceis por outras mais fáceis não será a primeira preocupação.

A Linguagem Simples vai muito além da escolha de palavras. A técnica engloba diretrizes relacionadas à arquitetura da informação, à estrutura das frases e ao *design*, com o objetivo de reduzir o tempo e a dificuldade para o cérebro processar informações.

Patricia Roedel. *Manual de linguagem simples: como planejar, desenvolver e testar textos que funcionam*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2024, p. 13-14 (com adaptações).

Com base nas ideias e nos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens seguintes.

- 1 Conforme o texto, a clareza é uma das ferramentas usadas na Linguagem Simples com o fim de simplificar os temas tratados nos textos, permitindo-se, assim, que eles sejam plenamente entendidos pela população como um todo.
- 2 No primeiro período do segundo parágrafo, o emprego da vírgula imediatamente após “público-alvo” é obrigatório e se justifica pela necessidade de serem separadas duas orações que apresentam o mesmo sujeito.
- 3 Segundo o texto, apesar de a Linguagem Simples ir além da mera seleção vocabular, o cuidado com essa seleção varia conforme a complexidade do gênero textual e do público-alvo, indo de importante, passando a secundário, até ser considerado irrelevante.
- 4 O texto informa que Linguagem Simples é um padrão de linguagem com estruturas linguísticas e palavras próprias que se volta à simplificação dos textos para a completa assimilação do seu conteúdo pelo público a que tais textos se destinam.
- 5 Seria mantida a correção gramatical do primeiro período do texto caso o termo “usadas” fosse substituído por usado.
- 6 A substituição de “a meta última” (segundo período do terceiro parágrafo) por a última meta alteraria o sentido veiculado originalmente no texto e poderia comprometer a coerência textual.

- 7 No segundo parágrafo, os termos preposicionados “por cidadãos com ensino médio completo” (segundo período) e “do uso da Linguagem Simples” (último período) desempenham a mesma função sintática nas orações em que ocorrem — ambas na voz passiva.

- 8 A forma pronominal “se”, em “vão se beneficiar” (último período do segundo parágrafo), poderia ser corretamente deslocada para imediatamente após a forma verbal infinitiva, da seguinte forma: vão beneficiar-se.

- 9 Visto que, no primeiro período do terceiro parágrafo, a locução verbal “tenha prevalecido” corresponde ao tempo pretérito, conclui-se que o verbo da oração principal do período está empregado no presente histórico, em obediência ao paralelismo temporal.

A maior planície alagável do mundo está secando e ficando mais quente a um ritmo acelerado. Em quatro décadas, o pantanal, o menor bioma brasileiro, foi o que mais aqueceu e teve a maior redução na quantidade de chuvas. Essa dupla tendência, de mais calor e de menos pluviosidade, é visível em todos os ecossistemas nacionais — da amazônia, no Norte, que engloba quase metade da área do país, ao pampa, no Rio Grande do Sul, ainda que nesse bioma de forma bem menos perceptível.

Entre 1985 e 2024, a temperatura média no bioma subiu 0,47 °C por década. Em quatro décadas, o aumento acumulado no pantanal chega a quase 1,9 °C. O ritmo de crescimento do aquecimento no pantanal é 60% superior ao calculado no mesmo período para o Brasil como um todo e para os biomas amazônia e cerrado, que abrangem quase três quartos da área nacional. A velocidade de subida dos termômetros no pantanal é ainda cerca do dobro da apresentada na caatinga e na mata atlântica e mais que o triplo da do pampa nos 40 anos analisados.

Marcos Pivetta. *Um pantanal mais quente e seco*. In: *Revista Pesquisa FAPESP*, 2026, v. 360, p. 45 (com adaptações).

Julgue os próximos itens, referentes ao texto precedente.

- 10 O termo “brasileiro” (segundo período do primeiro parágrafo) desempenha a mesma função sintática dos termos “amazônia” e “cerrado” (terceiro período do segundo parágrafo); o primeiro modifica o nome “bioma”, e os dois últimos, “biomas”.
- 11 Predomina, no segundo parágrafo do texto, a tipologia descritiva.
- 12 O trecho “superior ao calculado no mesmo período” (terceiro período do segundo parágrafo) poderia ser corretamente reescrito como superior aquele calculado em idêntico período.
- 13 De acordo com o texto, menor pluviosidade e aumento do calor no pantanal se caracterizam como um processo gradativo.

Novos dados da União Interparlamentar (UIP) e da ONU Mulheres revelam um progresso limitado no alcance da igualdade de gênero na liderança política. A edição de 2025 do mapa **Mulheres na política** mostra que os homens continuam a superar as mulheres em mais de três vezes nas posições executivas e legislativas em todo o mundo.

Globalmente, a presença feminina nos parlamentos subiu apenas 0,3%, alcançando 27,2% em relação ao ano anterior. Já nos ministérios, houve queda de 0,4%. Segundo Sima Bahous, diretora executiva da ONU Mulheres, o progresso não só é lento como há retrocesso em várias partes do mundo. “Trinta anos após a Declaração de Pequim, a promessa de igualdade de gênero na liderança política permanece não cumprida. Não podemos aceitar um mundo onde metade da população seja sistematicamente excluída da tomada de decisões”, frisou.

Bahous também lembrou que cotas, reformas eleitorais e vontade política são soluções para dismantlar barreiras sistêmicas. “O tempo das medidas paliativas acabou. É hora de os governos agirem para assegurar que as mulheres tenham um assento igual em todas as mesas onde o poder é exercido”, destacou.

A presidente da UIP, Tulia Ackson, classificou o ritmo de avanço como “glacial” e ressaltou a urgência de medidas concretas para garantir representação igualitária. O secretário-geral da UIP, Martin Chungong, defendeu o engajamento ativo de homens como parte da solução.

Ainda, o mapa de 2025 mostra que, enquanto as mulheres lideram importantes pastas ligadas a direitos humanos, igualdade de gênero e proteção social, os homens dominam áreas como relações exteriores, orçamento e defesa.

Internet: <onumulheres.org.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os seguintes itens.

- 14 O vocábulo ‘paliativas’ (segundo período do terceiro parágrafo) poderia ser substituído, sem comprometimento da coerência das ideias do texto, por **protelatórias**.
- 15 Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso o trecho “Ainda, o mapa de 2025 mostra que” (último parágrafo) fosse assim reescrito: **O mapa de 2025 mostra, ainda, que**.
- 16 As orações ‘para assegurar’ (terceiro período do terceiro parágrafo) e “para garantir representação igualitária” (primeiro período do quarto parágrafo) exercem função adverbial e expressam circunstância de finalidade.
- 17 O ritmo de avanço das medidas para o alcance da igualdade de gênero na liderança política no mundo é considerado desalentador pela autoridade máxima da UIP.
- 18 É facultativo o emprego do acento indicativo de crase no vocábulo “as” em “superar as mulheres” (segundo período do primeiro parágrafo).
- 19 Infere-se do texto que a UIP defende a proteção masculina às mulheres como medida concreta para a garantia de representação igualitária nos espaços de poder, o que sugere o enraizamento do posicionamento machista na sociedade.
- 20 No primeiro período do quarto parágrafo, o emprego do termo **presidenta** em vez de “presidente” não só preservaria a correção do texto como também evidenciaria uma opção política de gênero, em consonância com os ideais de maior representatividade das mulheres nas esferas de poder.

Em 1988, ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil, foi promulgada a atual Constituição Federal, a primeira a tratar da questão racial e a que tornou o racismo crime inafiançável e imprescritível. Naquele ano de memória e avanço civilizatório, foi feita uma pequena pesquisa sobre racismo. Seus resultados mostravam um cenário contraditório: ao mesmo tempo em que 97% dos entrevistados afirmavam não ter preconceito racial, 98% dos entrevistados diziam conhecer pessoas racistas e ter presenciado situações de discriminação racial. A melhor descrição da situação foi feita anos depois pela historiadora e antropóloga Lília Moritz Schwartz: “A conclusão informal é de que todo brasileiro parece se sentir como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados.”

Hoje, o debate sobre o racismo cresceu. As cotas raciais são um sucesso social e acadêmico comprovado. Tendem a ser cada vez menos numerosos os que acreditam na democracia racial e cada vez maior o número dos que sabem que o racismo deve ser extirpado.

Entretanto, a tendência de reconhecer mais o racismo não se repete em relação ao machismo. Todos reconhecem que há discriminação contra pretos e pardos, mas não contra as mulheres; todos reconhecem que há racismo, mas não reconhecem que há machismo — embora os mais jovens não se revelem machistas. Todas as gerações negam a discriminação contra as mulheres, apesar de a geração dos que nasceram no novo milênio ser a que menos percebe a discriminação de gênero, tanto mulheres quanto homens. No Brasil de hoje, há uma regra social implícita, segundo a qual ninguém pode deixar de reconhecer o racismo, mas a sociedade não reconhece a discriminação contra a mulher como relevante.

Felipe Nunes. **Brasil no espelho**: um guia para entender o Brasil e os brasileiros. Rio de Janeiro: Globo, 2025, p. 185-186 (com adaptações).

Julgue os próximos itens, relativos ao texto precedente.

- 21 Infere-se dos resultados da pesquisa realizada em 1988 sobre racismo que os entrevistados implicitamente negavam fazer parte do coletivo a que pertenciam.
- 22 Nos trechos “reconhecem que há discriminação” e “reconhecem que há machismo” (segundo período do terceiro parágrafo), a substituição do segmento “que há” por **a existência de** manteria tanto a correção gramatical quanto o paralelismo sintático no período.
- 23 No trecho “a primeira a tratar da questão racial e a que tornou o racismo crime” (primeiro período do texto), a conjunção “e” liga por adição duas orações adjetivas introduzidas pela preposição “a”.
- 24 Os dois primeiros períodos do segundo parágrafo poderiam ser reescritos em um único período, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, da seguinte forma: **Atualmente, considerando o avanço do debate sobre o racismo, as cotas raciais já são aceitas como um sucesso social e acadêmico.**
- 25 No segundo período do segundo parágrafo, o sujeito da oração iniciada pela forma verbal “Tendem” classifica-se sintaticamente como indeterminado.
- 26 Depreende-se da leitura do texto que a geração dos nascidos no novo milênio é menos afetada pela discriminação de gênero que as demais.

Little attention has been devoted to legislation's point of origin — the legislative drafting process. Such commentary as has been offered is essentially technical in nature. However, the relationship between drafter and text is the furthest thing from a technical, value-neutral enterprise.

For example: a question confronted by every drafter and one with obvious ethical and political implications is, "How much is to be left to the drafter's discretion?" Obviously, the drafter who less frequently inquires about the client's desires will have greater latitude to exercise discretion and accordingly can play more of an "advocacy" role in shaping the legislation, a situation which can lead to his or her sidestepping the duty of abiding by a client's decisions concerning the objectives of representation.

But this is not to paint too malevolent a portrait of legislative drafting personnel. They are not a fifth column of subversives who pursue personal advocacy objectives in everything that they do. Indeed, many may even be unaware of their power. They are, though, continually called upon to exercise personal judgment in the performance of their duties. Such judgments are frequently policy judgments, and drafting decisions are often influenced consciously or subconsciously by the advocacy agenda of the individual drafter. The legislative drafter plays a more active role in the process than is generally accorded to the stereotypical scribe, laboring in nameless and faceless obscurity to produce a bill draft.

David Marcello, *The Ethics and Politics of Legislative Drafting*,
in: *Tulane Law Review*, vol. 70, p. 2437, 1996 (adapted).

About the preceding text, judge the following items.

- 27 It is correct to conclude from the first paragraph of the text that its author believes that not much has been explored about the true nature of legislative drafters' work, which is not merely technical and impartial.
- 28 The fragment of a sentence "greater latitude to exercise discretion" (second sentence of the second paragraph) can be, without this changing the original meaning of the text, replaced with greater possibilities to be discreet.
- 29 The main point of the text is to reveal how drafters can deliberately manipulate the drafting process according to their own interests.
- 30 By using the expressions "'advocacy' role" (second sentence of the second paragraph) and "advocacy agenda" (fourth sentence of the third paragraph), the author is referring specifically to people who have a degree in law and work in the legislative branch.
- 31 The text confronts the idea of neutrality of those whose work is to write texts that may become law.
- 32 In "But this is not to paint too malevolent a portrait" (first sentence of the third paragraph), "this" does not refer to a specific previous word, but to the entire statement made in the second paragraph.

When conducting a survey on the use of technology in the legislative process, one of the questions I asked was "Has the legislature, as an institution or in part, resisted technology based changes?" I asked this question based on my own experience with the Massachusetts Legislature. I spent 9 years working with legislators and senior staff, and the way they sometimes approached technology was at times comical—at times frightening. My friends and I watched on—and laughed—the first time a laptop computer or an iPhone made its way onto the floor of the Massachusetts House or Senate and the members gathered around it, acting as though they were looking at an artifact that had been dropped from Mars. I also saw an older legislative drafter become befuddled and angry when he was forced to start using the "track changes" and "comment" functions on Microsoft Word rather than marking up a bill with his beloved red pencil.

Sean J. Kealy, *Technology & Legislative Drafting In The United States*
Internet: <sites.bu.edu> (adapted).

Judge the following items concerning the previous text.

- 33 The verb tense used in the survey question presented in the first sentence of the text indicates that there was no specific point in time respondents had to consider in their answers.
- 34 When conducting his survey, the author met an older drafter who did not want to change the way he worked with bills and red pencils.
- 35 In his text, the author shows his skepticism about the use of technology in the legislative process.
- 36 The negative way some legislators reacted to technology sometimes scared the author of the text.

P: "Maria pagou e não assistiu."

Q: "João assistiu sem pagar."

No que concerne às proposições P e Q apresentadas anteriormente, julgue os itens seguintes.

- 37 A tabela-verdade associada à proposição Q tem 8 linhas.
- 38 A proposição P é a negação de "Se Maria pagou, então assistiu".
- 39 A proposição Q é a negação de "Se João assistiu, então ele pagou".
- 40 A negação da proposição Q pode ser expressa por "João não assistiu sem pagar".
- 41 A falsidade da proposição "Se P, então Q" permite que se infira corretamente que João não assistiu.

Espaço livre

	P	PAGAR	ASSISTIR
MARIA		✓	✓
-O		✓	F
		F	✓
		F	F

MARIA NÃO PAGOU E ASSISTIU

Determinada comissão da Câmara dos Deputados é composta por 12 membros, 2 dos quais são do mesmo partido político. A Mesa da comissão é composta por 4 desses membros, que ocupam os cargos de presidente, vice-presidente, 1.º secretário e 2.º secretário, todos com atribuições específicas, que os distinguem entre si e dos demais membros da comissão. Cada cargo deve ser ocupado por apenas um deputado, vedada a acumulação de cargos. Em certo dia de deliberações, todos os deputados dessa comissão que não participam da Mesa se inscreveram para fazer uma fala. A tabela a seguir apresenta a duração, em minutos, dos discursos dos cinco primeiros deputados a realizarem as suas falas.

deputado	duração
1	7
2	4
3	6
4	5
5	8
6	7

Com base na situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir.

- 42 Se os cargos da Mesa fossem preenchidos por escolha aleatória entre os membros da comissão, a probabilidade de ambos os membros que são do mesmo partido político integrarem a Mesa seria superior a 10%.
- 43 Se o sexto deputado levar 7 minutos em seu discurso, a mediana da série das durações dos seis primeiros discursos será maior que a mediana da série das durações dos cinco primeiros discursos.
- 44 O desvio-padrão dos tempos de fala dos cinco primeiros deputados é superior a 2 minutos.
- 45 É possível compor a Mesa de mais de cinco mil maneiras distintas sem que nela estejam presentes nenhum dos dois membros que são do mesmo partido político.
- 46 Considerando-se o tempo médio das falas dos cinco primeiros deputados que discursaram, é correto concluir que, se o sexto deputado levar 7 minutos em seu discurso, a duração média dos discursos aumentará.

No âmbito da Câmara dos Deputados, foi celebrado, nos termos da legislação aplicável, instrumento de cooperação administrativa para que determinadas atividades administrativas internas de apoio institucional, sem caracterização de delegação de serviço público, até então executadas diretamente por unidades internas do órgão, passassem a ser materialmente executadas por fundação pública federal de direito privado, integrante da administração indireta da União. Não houve transferência da titularidade nem da execução de serviço público em sentido próprio, tendo a Câmara dos Deputados permanecido responsável pela direção funcional, pela definição das diretrizes e pelo controle finalístico da atuação. Promoveu-se a redistribuição interna de competências entre secretarias, diretorias e coordenações já existentes, sem criação de novos órgãos, tendo sido mantida a relação de hierarquia administrativa no âmbito da própria Câmara dos Deputados.

Considerando a situação hipotética apresentada e os conceitos de centralização, descentralização, concentração e desconcentração administrativas, julgue os itens a seguir.

- 47 A redistribuição de competências entre secretarias, diretorias e coordenações da Câmara dos Deputados, realizada no âmbito da mesma pessoa jurídica, sem criação de novos órgãos e com preservação da hierarquia administrativa, configura hipótese de desconcentração administrativa.
- 48 A execução material, por fundação pública federal de direito privado, de atividades-meio administrativas internas da Câmara dos Deputados, sem transferência da titularidade nem da execução de serviço público em sentido próprio, não configura descentralização administrativa.

Espaço livre

$$\frac{12}{4} + \frac{11}{3} = \frac{36 + 44}{12} = \frac{80}{12} = \frac{20}{3}$$

$$70 \div 3 = 23,3$$

$$\frac{4}{12} + \frac{3}{11} = \frac{44 + 36}{132} = \frac{80}{132} = \frac{20}{33}$$

$$20 \div 12 = 1,66$$

$$Méd = 6,5$$

$$Méd = 6,5$$

$$\sqrt{4^2 + 8^2}$$

$$\sqrt{16 + 64}$$

$$\sqrt{80}$$

$$4$$

$$-3 + 2 + 1 + 1 + 3 = 2$$

$$10 \times 9 \times 8 \times 7$$

$$90 \times 8 \times 7$$

$$640 \times 7$$

$$640$$

$$\times 7$$

$$4480$$

$$7 + 4 + 6 + 5 + 8$$

$$30 \div 5 = 6$$

$$37 \div 6 = 6,1$$

Julgue os seguintes itens, relativos à administração direta e indireta e às entidades da administração indireta.

- 49 A criação de empresas públicas e sociedades de economia mista prescinde de autorização legislativa específica se o ente federativo detiver o controle acionário e a entidade atuar em conformidade com o interesse público.
- 50 A administração indireta é composta por pessoas jurídicas com personalidade própria, criadas ou autorizadas por lei, que desempenham atividades administrativas de forma descentralizada, sem subordinação hierárquica ao ente instituidor, estando sujeitas a controle finalístico.
- 51 As fundações públicas, independentemente de sua natureza jurídica, submetem-se integralmente ao regime jurídico de direito público no que se refere à aplicação irrestrita das prerrogativas típicas dos bens públicos.

A respeito do ato administrativo, julgue os itens seguintes.

- 52 A imperatividade e a autoexecutoriedade são atributos dos atos administrativos, independentemente de sua natureza e de previsão legal.
- 53 A revogação, por conveniência e oportunidade, do ato administrativo não pode atingir atos válidos que tenham gerado direitos adquiridos, sob pena de violação à segurança jurídica.
- 54 Os atos administrativos vinculados e discricionários distinguem-se quanto à margem de liberdade conferida à administração na apreciação do motivo e do objeto, sendo ambos igualmente submetidos ao controle de legalidade pelo Poder Judiciário.

Maria, servidora pública federal efetiva e estável, ocupante de cargo de analista em órgão da administração direta da União, submetida à Lei n.º 8.112/1990, foi designada, após alguns meses de exercício, para ocupar cargo em comissão no próprio órgão. Posteriormente, requereu licença para tratar de interesses particulares, a qual foi deferida pela autoridade competente, que consignou que o afastamento seria sem remuneração e determinou a exoneração de Maria do cargo em comissão.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os próximos itens, considerando as normas aplicáveis aos agentes públicos constantes na Lei n.º 8.112/1990 e na Constituição Federal.

- 55 A licença para tratar de interesses particulares constitui direito subjetivo de Maria, e sua concessão independe do interesse da administração.
- 56 Por determinação legal, o deferimento da licença imporia a exoneração automática de Maria do cargo em comissão por ela ocupado.
- 57 O período de licença concedido a Maria será computado para fins de aposentadoria da servidora, ainda que não seja considerado tempo de efetivo exercício para outras vantagens funcionais.

No que se refere à responsabilidade civil do Estado e à improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 58 O servidor público que, de forma negligente, realiza ordenação de despesa não autorizada em lei, com efetiva perda patrimonial, pratica ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 59 Em decorrência da teoria do risco administrativo, o Estado possui responsabilidade civil objetiva pelos encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada pela administração pública.
- 60 A mera voluntariedade do agente não é suficiente para configurar a conduta dolosa de improbidade administrativa, sendo necessária a presença da vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.

Julgue os itens seguintes, com base nas disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018) e da lei que regula o processo administrativo (Lei n.º 9.784/1999).

- 61 Desde que não seja configurada hipótese de informação classificada como sigilosa ou decorrente de sigilo legal, o direito de acesso aos pareceres jurídicos utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.
- 62 As regras previstas na lei que regula o processo administrativo federal não se aplicam ao Poder Legislativo da União, ainda que no desempenho de função administrativa.
- 63 No âmbito do processo administrativo regulado pela Lei n.º 9.784/1999, as sanções podem ter natureza pecuniária ou consistir em obrigação de fazer ou de não fazer.
- 64 É condição para a realização do pedido de acesso a informações a apresentação de exposição de motivos.
- 65 No processo administrativo, deve-se observar, entre outros critérios, o de atendimento a fins de interesse geral, permitida a renúncia parcial de poderes ou competências, desde que autorizada por lei.
- 66 A Lei Geral de Proteção de Dados aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalísticos e para fins exclusivos de atividades de repressão a infrações penais.
- 67 A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autarquia de natureza especial dotada de autonomia funcional, técnica, decisória, administrativa e financeira, possui competência sancionatória em caso de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação.

Julgue o item subsequente, relativo ao controle da administração pública.

- 68 A sustação, pelo Congresso Nacional, de portaria normativa editada por ministro de Estado, em razão de violação ao princípio da legalidade, configura um tipo de controle legislativo, político e externo da administração pública.

No que diz respeito ao Estado burocrático, ao Estado do bem-estar e a controle social e *accountability*, julgue os itens que se seguem.

- 69 No setor público, *accountability* compreende, além do dever de prestar contas e de transparência dos atos administrativos, a capacidade de imposição de sanções e correções em caso de desvios ou descumprimento de deveres.
- 70 O controle social, como mecanismo de participação da sociedade na gestão pública, restringe-se à etapa de formulação das políticas públicas, visto que a fiscalização da execução orçamentária é competência técnica exclusiva e indelegável dos órgãos de controle externo e interno.
- 71 Fundado na profissionalização e na impessoalidade, o Estado burocrático admite disfunções que o afastam das demandas sociais, o que o Estado do bem-estar busca mitigar por meio da universalização de direitos e do fortalecimento do seu caráter prestacional.

Acerca da gestão por resultados, gestão por competências e redefinição do papel do Estado, julgue os itens subsecutivos.

- 72 Na administração pública, a gestão por resultados utiliza a pactuação de desempenho para substituir o controle rígido de processos pela autonomia gerencial, deslocando o foco da fiscalização dos meios para a avaliação do alcance de metas e impactos.
- 73 A identificação de *gaps* de competências é essencial para o planejamento de ações de treinamento e desenvolvimento da equipe, com vistas ao alcance das estratégias organizacionais.
- 74 A redefinição do papel do Estado assentou a diferença entre atividades exclusivas e serviços não exclusivos; em relação a estes, a reforma do serviço civil priorizou o reforço dos controles de processos em detrimento da autonomia gerencial, como forma de garantir a legalidade na prestação de serviços públicos.
- 75 A avaliação de competências baseada em certificações e títulos acadêmicos mensura o desempenho efetivo do servidor, visto que o conhecimento teórico constitui o pilar central da competência no setor público.

Acerca de comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais, julgue os seguintes itens.

- 76 O envolvimento de atores da sociedade civil e do setor privado nas políticas públicas está relacionado à incorporação da intersetorialidade a essas políticas e confere maior complexidade às redes organizacionais.
- 77 Entre os objetivos da Política Nacional de Linguagem Simples consta a redução da necessidade de intermediários na comunicação entre o poder público e o cidadão.

Julgue os próximos itens, no que diz respeito aos princípios de governança pública, de acordo com o Decreto n.º 9.203/2017.

- 78 Promover a simplificação administrativa pela priorização dos serviços prestados por meio eletrônico insere-se entre os princípios da governança pública expressamente previstos no referido instrumento legal.
- 79 A capacidade de resposta é princípio a ser observado na governança pública.

Em relação a governabilidade e governança, julgue os itens a seguir.

- 80 Governabilidade consiste na capacidade que um governo, de qualquer nível e orientação política, possui para formular e implementar políticas públicas de forma eficiente e efetiva.
- 81 A principal similaridade entre as denominadas nova gestão pública e nova governança pública é a ênfase dada à competição para a provisão de serviços públicos.

No que diz respeito à intermediação de interesses por meio de práticas corporativistas e neocorporativistas, julgue os itens seguintes.

- 82 O corporativismo estrutura-se de forma articulada com as democracias sociais de inspiração keynesiana, surgidas após a Segunda Guerra Mundial.
- 83 O neocorporativismo caracteriza-se por práticas de concertação social entre capital e trabalho arbitradas pelo Estado.

No que se refere a políticas públicas, julgue os itens subseqüentes.

- 84 A gestão local pautada na cidadania deve priorizar políticas públicas universalistas e padronizadas, de forma a se evitarem ações que atendam às necessidades específicas de determinados grupos, ainda que considerados vulneráveis.
- 85 Falhas na governança e a ausência de transparência na gestão dos fundos de saúde e educação, por exemplo, criam um ambiente institucional propício à ocorrência de irregularidades financeiras.
- 86 No Brasil, os conselhos de políticas públicas fortalecem a democracia e a descentralização ao institucionalizarem a participação da sociedade civil nas decisões e no controle da gestão governamental.
- 87 A abordagem *bottom-up* caracteriza-se pela descentralização do processo decisório e pela construção de estratégias a partir das experiências da base operacional.
- 88 As conferências, os conselhos de políticas públicas e os orçamentos participativos constituem espaços importantes para a concretização do exercício do controle social.

Acerca das mudanças institucionais, julgue os itens a seguir.

- 89 Ao adquirir personalidade de direito público, o consórcio se torna uma empresa pública e passa a integrar a administração indireta de todos os entes federativos consorciados.
- 90 Entre as prerrogativas das agências reguladoras, que são autarquias em regime especial, inclui-se a estabilidade de seus dirigentes durante o mandato.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os próximos itens, com base no que dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados em relação aos blocos parlamentares.

- 91 Os blocos parlamentares encerram-se ao final da legislatura, devendo o bloco que desejar continuar existindo na legislatura seguinte apresentar novo documento de criação à mesa da Câmara. ?
- 92 Se dois partidos se cõligarem para a formação de um bloco parlamentar, suas lideranças perdem suas atribuições, mas não suas prerrogativas. ?
- 93 Caso um deputado se desligue do partido que forma um bloco parlamentar e seu desligamento reduza a quantidade de membros do bloco a um número inferior ao mínimo necessário para a sua constituição, tal bloco permanecerá existindo somente até o final da legislatura. ?

No que diz respeito às atribuições dos órgãos da Câmara dos Deputados, julgue os seguintes itens.

- 94 É atribuição do presidente da Câmara promulgar, juntamente com o presidente do Senado Federal, emendas à Constituição Federal. ?
- 95 Cabe ao presidente da Câmara designar a ordem do dia das sessões, segundo a agenda mensal, ressalvadas as alterações permitidas pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 96 Constitui atribuição do presidente da Câmara organizar, ouvido o colégio de líderes, a agenda com a previsão das proposições a serem apreciadas no mês subsequente, para distribuição aos deputados.
- 97 Cabe à mesa da Câmara fixar, no início da primeira e da terceira sessões legislativas da legislatura, ouvido o colégio de líderes, o número de deputados por partido ou bloco parlamentar em cada comissão permanente. ?
- 98 É atribuição exclusiva da mesa da Câmara convidar a se retirar do plenário deputado que esteja perturbando a ordem dos trabalhos durante uma sessão.

No que se refere às comissões, julgue os itens que se seguem.

- 99 Uma comissão permanente não dispõe da atribuição de propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo federal que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa. ?
- 100 Uma comissão permanente tem o poder de convocar ministros de Estado e de encaminhar a eles, através da mesa, pedidos escritos de informação.
- 101 É parte dos poderes das comissões permanentes exercer a fiscalização e o controle dos atos de autarquias do Poder Executivo federal.

Acerca do Regimento Comum do Congresso Nacional, julgue os itens a seguir.

- 102 Em uma votação por processo simbólico em sessão do Congresso Nacional, o pronunciamento de um líder não tem o condão de representar o voto de seus liderados presentes.
- 103 O Congresso Nacional poderá ter sessões secretas, desde que, na proposta de sua realização, esteja expressamente definida sua finalidade e que esta seja plenamente divulgada.

Com base nas normas do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, julgue os itens seguintes, no que se refere à disciplina do decoro parlamentar.

- 104 Praticaria conduta atentatória ao decoro o deputado que relatasse matéria submetida à apreciação da Câmara dos Deputados, de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tivesse contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral.
- 105 Atenta contra o decoro revelar para a imprensa o conteúdo de debates ou deliberações que alguma comissão resolva que devam ficar secretos.

Acerca dos servidores públicos, dos direitos e garantias fundamentais, do Poder Legislativo e da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue os itens que se seguem, à luz da jurisprudência do STF.

- 106 O regime de aposentadoria especial por exercício de atividade de risco, aplicável às carreiras policiais, não se estende aos membros do Ministério Público nem aos ocupantes de cargos no Poder Judiciário.
- 107 Cabe a comissão parlamentar de inquérito instaurada na Câmara dos Deputados convocar, e não apenas convidar, governador de estado para prestar depoimento ou esclarecimentos sobre a aplicação de recursos federais pelo respectivo ente federativo. ?
- 108 Presidente de comissão parlamentar de inquérito não possui legitimidade para interpor recurso contra decisão que conceda *habeas corpus* em favor do paciente. ?
- 109 O regime de subsídio admite o pagamento de gratificação pelo exercício de função de confiança a membro do Ministério Público, desde que observado o teto remuneratório constitucional, vedada a acumulação e assegurado ao agente, nessa hipótese, o direito de opção.
- 110 As funções de apuração de infrações penais e de polícia judiciária exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, podendo Constituição estadual enquadrar a respectiva carreira como jurídica e essencial ao Estado para todos os efeitos.

A respeito das funções essenciais à justiça e do Poder Legislativo, julgue os itens seguintes, de acordo com a jurisprudência do STF.

- 111 A norma constitucional referente à definição sobre a possibilidade de reeleição dos membros da mesa diretora da casa legislativa não é de reprodução obrigatória, cabendo aos estados e ao Distrito Federal disciplinar a matéria no exercício de sua autonomia político-administrativa, vedada, contudo, mais de uma reeleição ou recondução consecutiva para o mesmo cargo na mesma legislatura ou na subsequente.
- 112 É constitucional a atribuição, por lei complementar estadual, do *status* de secretário de Estado aos cargos de defensor público-geral e de subdefensor público-geral do estado.
- 113 A atribuição constitucional conferida à Advocacia-Geral da União para representar a União e seus órgãos, judicial e extrajudicialmente, impede o defensor público-geral federal de exercer a representação judicial e extrajudicial da Defensoria Pública da União na defesa de sua autonomia e de suas prerrogativas e funções institucionais.

No que se refere às normas constitucionais relativas às matérias legislativas e ao procedimento legislativo, julgue os itens que se seguem.

- 114 É de iniciativa privativa do presidente de República a proposição de projeto de lei sobre matéria tributária da União.
- 115 Os projetos de lei acerca do direito penal são de iniciativa privativa do procurador-geral da República.
- 116 O presidente da República pode editar medida provisória sobre matéria de direito civil, mas não sobre matéria de direito processual civil.
- 117 É admissível que uma proposta de emenda constitucional seja apresentada por mais da metade das assembleias legislativas das unidades da Federação. 7
- 118 Caso o presidente da República solicite urgência para a apreciação de determinado projeto de lei de sua iniciativa e a Câmara dos Deputados não se manifeste sobre a proposição no prazo constitucionalmente estabelecido, todas as demais deliberações legislativas da Câmara serão sobrestadas, até que se ultime a votação, à exceção das matérias que tenham prazo constitucional determinado.

A respeito do procedimento legislativo, julgue os itens a seguir.

- 119 Caso a matéria, sujeita a votação ostensiva, exija quórum especial de votação, esta se processará na forma nominal.
- 120 Quando a matéria for submetida à votação por escrutínio secreto, ela não poderá ser efetuada pelo sistema eletrônico.
- 121 A matéria constante de projeto de lei rejeitado não poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa.
- 122 Quando da apreciação de uma matéria em comissão da Câmara, seu presidente não vota, salvo se ele for o relator e a votação resultar em empate.

Com base nas normas constitucionais acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 123 Os atos de aposentadorias de servidores da Câmara dos Deputados são submetidos à apreciação, para registro, do TCU, sendo a concessão, todavia, eficaz desde a publicação do ato.
- 124 No exercício do controle externo, o TCU tem a atribuição constitucional de fiscalizar os atos administrativos do STF.

Acerca do processo legislativo orçamentário, julgue os próximos itens.

- 125 Suponha que, ao final de determinado bimestre, tenha sido verificado que, na execução do orçamento anual, a realização da receita não comportava o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais. Nesse caso, caberia privativamente ao Ministério Público promover, por ato próprio e nos montantes necessários, nos quinze dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei orçamentária anual.
- 126 Em estrita conformidade com o texto constitucional, é admissível que os deputados federais apresentem emendas que incluam despesas no projeto de lei do orçamento anual, desde que, entre outros requisitos, sejam indicados os recursos necessários, provenientes de anulação de despesa, não podendo essa anulação advir das dotações do projeto que incidam sobre benefícios previdenciários.

Na obra de Jorge de Miranda, a classificação das formas de governo modernas é estabelecida a partir de uma análise multidimensional que abrange a legitimidade, a posição em relação à liberdade política, a representação e a divisão de poderes. O autor distingue claramente os conceitos de “formas de governo” e “sistemas de governo”, observando que, embora não haja uma correlação necessária e absoluta, as estruturas pluricráticas tendem a uma maior diversidade sistêmica, enquanto as monocráticas tendem à redução dessa pluralidade.

A partir do texto precedente, julgue os seguintes itens, acerca de sistemas e formas de governo.

- 127 O governo fascista, assim como o de tendência fascizante, tem como fator político central a figura do monarca nacionalista, mantendo uma separação de poderes equilibrada.
- 128 A democracia jacobina ou radical recusa o conceito de representação política tradicional, utilizando-se da figura de comissários em vez de representantes eleitos com autonomia.
- 129 A democracia representativa baseia-se em uma separação de poderes de tendência estritamente mecanicista, excluindo a possibilidade de mecanismos de democracia direta, como o referendo.

O conceito de presidencialismo de coalizão, conforme formulado por Sérgio Abranches em 1988, descreve a singularidade do arranjo institucional brasileiro, que se diferencia tanto das democracias parlamentaristas europeias quanto do presidencialismo bipartidário norte-americano. No Brasil, a profunda heterogeneidade estrutural da sociedade e a pluralidade de interesses resultam em um sistema político marcado pelo multipartidarismo e pela representação proporcional, o que impõe ao Poder Executivo a necessidade de formar grandes coalizões interpartidárias para garantir a governabilidade e a legitimidade das decisões.

Considerando as informações apresentadas, julgue os próximos itens.

- 130 O modelo brasileiro é análogo ao de democracias estáveis como a Holanda e a Finlândia, que também associam a representação proporcional ao presidencialismo de coalizão imperial para gerir suas clivagens sociais e regionais.
- 131 A lógica de formação das coalizões governamentais no Brasil possui um eixo duplo: o partidário-parlamentar e o regional-estadual, o que impacta, por exemplo, a composição dos ministérios, que nem sempre corresponde estritamente ao peso numérico dos partidos aliados no Congresso Nacional.
- 132 O presidencialismo de coalizão brasileiro é um sistema inerentemente estável, pois a independência entre os poderes e a hegemonia do Poder Executivo permitem que o presidente governe com minoria parlamentar, sem riscos de paralisia decisória.

A teoria democrática contemporânea enfrenta o desafio da “des-definição” do seu objeto: o termo democracia é frequentemente esvaziado de seu rigor analítico para servir como rótulo de legitimação universal. Considerando essa informação, julgue os itens que se seguem, acerca de teoria política.

- 133 A democracia define-se primariamente como um conceito prescritivo, no qual o componente ideal não é um mero aditivo, mas um de seus elementos constitutivos: a realidade democrática é o subproduto de uma busca incessante por um ideal que nunca se realiza plenamente.
- 134 A definição etimológica da democracia como poder do povo é suficiente para a teoria política moderna, pois estabelece o princípio da soberania popular como o mecanismo operacional que resolve o problema da titularidade e do exercício do poder nas democracias representativas de massa.

No que se refere a regimes políticos democráticos, julgue os itens seguintes.

- 135 Na dimensão federal-unitária, o modelo de consenso exige um bicameralismo forte, cujos requisitos de eficácia residem na simetria (as duas câmaras possuem poderes legislativos iguais ou quase iguais) e na incongruência (as câmaras são eleitas por métodos diferentes para representar interesses distintos, como os dos estados-membros em uma federação).
- 136 No modelo de consenso, a dimensão executivo-partidos caracteriza-se pela substituição do gabinete de maioria de partido único por gabinetes de coalizão amplos, nos quais o poder executivo é compartilhado entre múltiplos partidos, muitas vezes excedendo-se o necessário para uma maioria parlamentar simples.

Considerando o atual cenário da política internacional, marcado por tensões geoeconômicas entre os países, elevados níveis de desigualdade e impactos assimétricos das transformações econômicas, políticas, sociais e ambientais, julgue os itens a seguir.

- 137 O pacote de decisões consensuais da 30.^a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 30), presidida pelo Brasil e realizada em Belém do Pará, reafirmou o compromisso dos países participantes com o Acordo de Paris e incluiu temas como adaptação, financiamento, transição justa, gênero e clima.
- 138 Iniciativas negociadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) — paralisada como instância de solução de controvérsias — têm produzido resultados, como a assinatura do Acordo de Parceria Estratégica MERCOSUL-União Europeia em janeiro deste ano.

Em relação a governança, julgue os itens a seguir.

- 139 De acordo com o Relatório Cadbury, a responsabilidade pela eficácia dos controles internos deve ser compartilhada solidariamente com os auditores externos, de modo a minimizar a responsabilidade do conselho de administração.
- 140 A teoria dos stakeholders compatibiliza o dever ético da prestação de contas com a necessidade estratégica de priorizar grupos conforme seus atributos de poder, legitimidade e urgência, visando-se à sustentabilidade da organização.
- 141 O princípio da responsabilidade corporativa transcende a observância das obrigações legais, vinculando a atuação da organização à função social da propriedade e à sustentabilidade ambiental.
- 142 A gestão efetiva de riscos requer conhecimento acerca do apetite ao risco e da cultura organizacional, sendo admitidas estratégias que abranjam desde a mitigação até a exploração deliberada do risco, visando obter maiores benefícios.
- 143 A atuação da equipe de *compliance* tem caráter consultivo, devendo ser pautada pela neutralidade técnica na emissão de pareceres sobre a legislação vigente, a fim de evitar interferir na mudança de conduta de administradores e *stakeholders*.

No que diz respeito à estratégia, julgue os próximos itens.

- 144 Para desenvolver a estratégia em condições de menor estabilidade, a organização deve estabelecer capacidades dinâmicas, com características tanto formais quanto informais, para assegurar o aprendizado e a inovação frente a mudanças de cenário.
- 145 Capacidades estratégicas exclusivas de determinada organização asseguram sua vantagem competitiva perene, visto que a sedimentação de rotinas e o sucesso dos métodos estabelecidos no passado a protegem contra a obsolescência.
- 146 A estratégia em nível de negócios foca a otimização de processos e o gerenciamento de pessoal para atender às necessidades do mercado, diferindo da estratégia corporativa por desconsiderar as expectativas dos *stakeholders*.

Julgue os itens a seguir, relativos a planejamento institucional, à análise SWOT, ao BSC (*balanced scorecard*) e à tipologia de indicadores.

- 147 A eficácia da execução estratégica no planejamento institucional depende do desdobramento das diretrizes estabelecidas pela alta administração, assegurando-se o alinhamento vertical necessário para o cumprimento dos objetivos.
- 148 Para a validação da estratégia, a organização deve analisar os indicadores de tendências em conexão com os indicadores de resultado, de modo a comprovar que as ações adotadas geraram os efeitos esperados.
- 149 Em uma análise SWOT, a eficácia da logística interna de uma organização deve ser classificada como uma oportunidade, e a queda da taxa de juros de mercado, uma força, caso de diagnóstico que fundamenta a adoção de uma estratégia de manutenção.
- 150 No modelo de causalidade do BSC, a perspectiva dos processos internos precede e impulsiona a de aprendizado e crescimento, estabelecendo que a eficiência operacional é o requisito para a formação do capital humano e da infraestrutura informacional da organização.

No que se refere à gestão de pessoas nas organizações, julgue os itens a seguir.

- 151 O modelo de equilíbrio pontuado de grupos e equipes de trabalho com configuração temporária¹ caracteriza-se por longos períodos de inércia interrompidos por breves momentos revolucionários, com mudanças disparadas principalmente pela consciência de seus membros em relação à limitação do tempo.
- 152 A essência da teoria das necessidades de Maslow é a compreensão dos objetivos de cada indivíduo, considerando-se a ligação entre esforço e desempenho, desempenho e recompensa, e recompensa e alcance de metas pessoais.

Acerca do gerenciamento de conflitos nas organizações, julgue os itens que se seguem.

153 É típico do conflito percebido o envolvimento emocional das partes, com geração de ansiedade, tensão, frustração ou hostilidade, ou seja, o conflito é captado pelo nível do sentimento dos envolvidos.

154 Tanto a visão tradicional quanto a interacionista do conflito argumentam que este é positivo e necessário para que os grupos sejam mais eficazes em seu desempenho no trabalho.

Em relação à gestão da mudança nas organizações, julgue os itens subsecutivos.

155 Manipulação e cooptação são táticas de superação da resistência à mudança que consistem em oferecer aos líderes de grupos de resistência papéis-chave nas decisões sobre as mudanças.

156 Mudanças organizacionais de primeira ordem implicam modificações fundamentais nas convicções dos membros da organização em relação à adoção de melhorias.

Acerca de aspectos referentes à gestão de projetos, julgue os próximos itens.

157 A estrutura organizacional de projeto autônoma, embora maximize a responsividade ao objetivo do projeto, tende a comprometer a economia de escala e a gestão do conhecimento organizacional, devido à redundância de recursos e ao isolamento das equipes de trabalho entre os diferentes empreendimentos.

158 O registro das lições aprendidas e o arquivamento da documentação técnica são processos acessórios, que ocorrem após o encerramento formal do projeto.

159 No contexto das comunicações não presenciais em projetos, o *email* é a ferramenta de maior interatividade, especialmente para o compartilhamento de documentos, superando, em eficácia, as videoconferências em sessões ao vivo, devido à sua célere capacidade de distribuição para múltiplos subgrupos.

Julgue os itens seguintes, referentes à gestão de processos.

160 Em um órgão legislativo, a elaboração de pareceres e o registro de debates parlamentares consistem em processos finalísticos, pois materializam a entrega de valor direto à sociedade, enquanto a manutenção predial e o controle orçamentário configuram, respectivamente, processos de suporte e de gestão.

161 Na reengenharia de processos, a eficácia do redesenho é assegurada pela identificação e implementação de melhorias na sequência das atividades, para ruptura de vícios operacionais, sendo contraindicada alteração do executor de cada atividade.

162 A modelagem de processos é instrumento de governança e padronização cujo êxito depende da definição de métricas de desempenho e da orientação para a criação de valor.

A respeito de *hardware* e *software*, julgue os itens a seguir.

163 SSD é um exemplo de memória não volátil, que mantém os dados armazenados no processo de reinicialização do computador.

164 Operações do tipo IO intensivas são limitadas pela velocidade de processamento da CPU, sem impacto dos periféricos a ela associados.

165 No processamento mononuclear em concorrência, diversas *threads* são executadas simultaneamente, dividindo-se o fluxo em frações menores de tempo.

Acerca do Windows 10 e de programas e aplicações do Microsoft Office 365, julgue os próximos itens.

166 O Windows 10 tem uma função nativa para renomear arquivos em lote que permite que o usuário defina novo padrão de nomes.

167 Em uma mesma conversa no Microsoft Teams, é possível incluir *links* de itens dos aplicativos Excel, PowerPoint e Word, os quais poderão ser editados, de forma simultânea, por diferentes usuários, diretamente no Teams, sem necessidade de *download* do arquivo.

168 Considerando-se que a tabela a seguir represente trecho de uma planilha no Excel, é correto afirmar que a execução das funções $=SOMASE(B2:B7;"<500";B2:B7)$ e $=SOMA(B2:B7) - SOMASE(B2:B7;">=500";B2:B7)$ retornará o mesmo resultado.

ERRO

3067

- 2664

403

	A	B
1	cliente	saldo
2	André	R\$ 250,00
3	Carla	R\$ 537,00
4	Eduardo	R\$ 721,00
5	Leonardo	R\$ 136,00
6	Mariana	R\$ 17,00
7	Patrícia	R\$ 1.406,00

250

136

+ 17

403

537

721

1406

2667,00

3067,00

Julgue os itens que se seguem, referentes a redes de computadores.

169 As abas anônimas, também chamadas de privadas, oferecem privacidade local, sem ocultar as atividades de *sites* e provedores de Internet.

170 Os dados de uma organização armazenados em nuvem pública podem ser visualizados por outras organizações, sem que estas, contudo, possam alterá-los. DESDE QUE COMPARTILHAR PODE VISUALIZAR

171 O Google Chrome admite a utilização de múltiplos perfis em um mesmo computador, bem como permite a separação de contas pessoais e de trabalho, cada qual com seus respectivos históricos, favoritos e senhas.

Espaço livre

Julgue os itens seguintes, relativos a procedimentos de *backup*, vírus e *worms*, soluções *anti-spyware* e ameaças *pharming*.

- 172 O *pharming* caracteriza-se pela manipulação direta do conteúdo apresentado ao usuário no navegador por meio de código malicioso, com atuação associada à modificação dinâmica de páginas durante a sessão.
- 173 Vírus e *worms* distinguem-se, entre outros aspectos, pelos mecanismos de propagação: vírus usualmente dependem da execução de código por um hospedeiro para se disseminar, ao passo que *worms*, em geral, exploram serviços ou vulnerabilidades de rede para autopropagação, sem interação direta do usuário.
- 174 Soluções *anti-spyware* contemporâneas estruturam a detecção de atividades de espionagem em uma camada única de correlação de assinaturas de código previamente classificadas que realiza a identificação reativa de artefatos conhecidos.
- 175 Em ambientes corporativos com sistemas de *backup* com versionamento *online* e verificação periódica de integridade, é dispensável a manutenção de cópias de segurança *offline* para mitigação de riscos associados a *ransomware*, uma vez que a recuperação íntegra pode ser assegurada a partir de repositórios *online* integrados.
- No que se refere a inteligência artificial, ética e responsabilidade digital no serviço público, ciência de dados e governança da informação, julgue os itens a seguir.
- 176 O *foundation model* de inteligência artificial fundamenta-se na representação explícita do conhecimento por meio de regras formais previamente definidas, sendo o desempenho dos modelos associado, por definição, à completude e à consistência dessas regras.
- 177 A governança da informação estabelece políticas, papéis e processos para assegurar o uso adequado das informações ao longo de seu ciclo de vida, contribuindo para o alinhamento da gestão informacional às exigências regulatórias.
- 178 Em um modelo de classificação aplicado à detecção de fraudes, ainda que as classes sejam desbalanceadas, a acurácia obtida no conjunto de teste constitui métrica adequada de avaliação do desempenho do modelo, ao refletir a proporção global de previsões corretas em relação ao total de registros avaliados.
- 179 Aplicações de ciência de dados empregam métodos estatísticos e de aprendizado de máquina para extração de padrões, construção de modelos preditivos e suporte analítico a decisões, em tarefas como classificação, detecção de anomalias e análise de grandes volumes de dados.
- 180 No serviço público, a ética e a responsabilidade digital incluem a obrigação institucional de assegurar rastreabilidade, registro decisório e justificativa técnica nos sistemas informatizados que apoiam atos administrativos, de modo a viabilizar auditoria, controle e responsabilização, quando couber.